

Análise da defesa de Jesse Prinz ao internalismo moral

Adelino Ferreira
(UFMG – Belo Horizonte – MG – Brasil)
adefer86@yahoo.com.br

Ísis Esteves Ruffo
(UFSJ – São João del-Rei – MG – Brasil)
isis_ruffo@hotmail.com

Resumo: Em sua obra *The Emotional Construction of Morals*, Jesse Prinz defende o que ele denomina de *strong emotionism*: a tese segundo a qual tanto as propriedades quanto os conceitos morais estão essencialmente relacionados às emoções. Por assumir também a tese, comumente aceita, de que as emoções são responsáveis pela motivação para a ação moral, o autor se compromete com uma forma de internalismo motivacional. O que se pretende neste trabalho é analisar criticamente a argumentação apresentada pelo autor e discutir possíveis pontos fortes e frágeis de sua argumentação em defesa do internalismo motivacional.

Palavras-chave: Internalismo Motivacional; Emocionismo Forte; Sentimentalismo.

1 Considerações Iniciais

Jesse Prinz, em seu livro *The Emotional Construction of Morals* (2007) constrói uma teoria metaética naturalista não reducionista, de forte viés empírico. Prinz afirma, logo no preâmbulo da referida obra, que o bom é o que nós vemos como bom e que, deste modo, a ética normativa pode se aproximar de uma ciência social. Trata-se de um projeto que vincula os sentimentos de aprovação e desaprovação àquilo que é tido como certo e errado.

Uma teoria que defenda tal aproximação entre emoções e a moralidade tem que se ver inicialmente com a chamada lei de Hume, que se coloca sempre como um obstáculo teórico àqueles que pretendem derivar normas de fatos. Prinz afirma ser possível “quebrar” a lei de Hume e constrói um argumento para isso. Tal estratégia não será aqui explicitada, mas sua validade está pressuposta para a sustentação da teoria do autor.

O presente trabalho, tendo como base a obra *The Emotional Construction of Morals*, pretende:

- (i) Explicitar brevemente a defesa de Jesse Prinz do caráter essencial das emoções na moralidade, em especial nos conceitos morais (*Epistemic Emotionism*);
- (ii) Demonstrar como Prinz deriva deste caráter essencial uma defesa do internalismo motivacional;
- (iii) Apresentar e analisar criticamente a pertinência de alguns argumentos em favor do *Epistemic Emotionism*, do qual depende a defesa do internalismo motivacional proposta pelo autor.

2 Juízos Morais e sua especificidade: a presença essencial das emoções

É lugar comum na discussão sobre a moralidade iniciar as discussões sobre o tema estabelecendo que existe uma diferença básica entre dois tipos de juízos: descritivos, de um lado e valorativos, de outro. Um juízo do tipo “matar é errado” seria diferente de um juízo do tipo “o vaso está sobre a mesa”. O primeiro parece envolver alguma dimensão de sensibilidade que não é necessária ao segundo. Assumindo que exista tal diferença, o primeiro seria caracterizado como um tipo de juízo valorativo, ou moral. Ele possui um caráter normativo e diz como as pessoas devem, ou não, agir. Parece, portanto, difícil ser imparcial em relação a ele.

Uma possível explicação da especificidade de tais juízos é que estes estão associados, de alguma forma, às emoções e sentimentos. Pesquisas de neuroimagem podem demonstrar que áreas ligadas às emoções no cérebro são mais ativadas em juízos morais que em outros juízos. Ademais, não parece difícil verificar que, diante de situações de relevância moral, as pessoas têm reações emocionais como remorso, culpa, indignação ou desprezo. Partindo do pressuposto, então, de que as emoções possuem alguma relação com os juízos morais, é possível assumir que ou:

- (1) emoções são essenciais aos julgamentos morais, ou
- (2) são apenas acidentais em relação a tais julgamentos.

Jesse Prinz, em sua obra *The Emotional Construction of Morals*, assume a primeira posição que é denominada por ele como *Epistemic Emotionism*. Sua teoria, de forma mais abrangente, é chamada de *Strong Emotionism*, uma vez que contém também uma tese metafísica. Contudo, no presente trabalho será abordada apenas a tese epistemológica do autor.

Para Prinz, a relação entre conceitos morais e emoções é uma relação essencial. As emoções são tanto necessárias quanto suficientes para os julgamentos morais. Para oferecer validade a isso, é possível formular a posição de Prinz da seguinte forma:

- Se emoções não são necessárias para os julgamentos morais, então tem que haver casos nos quais um sujeito moralize sem a presença de emoções.
- Se as emoções não são suficientes para os julgamentos morais, então não pode haver casos nos quais as emoções envolvidas sejam a única causa para um julgamento moral.

Segundo Prinz:

- Não há casos nos quais o sujeito moralize sem a presença de emoções, logo as emoções são necessárias para os julgamentos morais.
- Há casos nos quais as emoções são a única causa para um julgamento moral, logo as emoções são suficientes para as emoções.

Tendo postulado sua tese, Prinz se vale de uma série de estudos empíricos de forma a corroborar suas posições. Em primeiro lugar – para destacar o caráter suficiente das emoções na constituição do juízo moral – é apresentado um estudo de Murphy (2000 apud Prinz, 2007, p. 30) sobre a avaliação de estudantes estadunidenses a casos de incesto e canibalismo. Tal estudo fornece indícios do pouco peso de considerações racionais diante de juízos morais já formulados e, a partir de alguns casos, mostra que as emoções envolvidas parecem ser a única explicação que fundamenta tais julgamentos.

Diante de um cenário apresentado de incesto consensual, 80% dos entrevistados julgaram a atitude moralmente errada, mesmo não sendo capazes de explicar racionalmente o motivo, uma vez que os motivos para condenação moral se baseavam em consequências do ato que não se aplicariam à situação. Mesmo após todas as razões serem refutadas, apenas 17% dos estudantes mudaram sua resposta. O restante apenas manteve que “incesto era nojento!” ou “incesto era errado e pronto!”. Isto seria muito incomum se os julgamentos fossem puramente racionais, pois diante de bons argumentos seria esperado que as pessoas mudassem de opinião.

Um cenário semelhante foi encontrado nos estudos que envolviam questões de canibalismo. Segundo Prinz, a partir desses resultados é possível concluir que não há razões nos julgamentos morais envolvidos. Eles se constituem de valores básicos que foram

implantados emocionalmente nos agentes. Mesmo que seja possível formular razões para um julgamento moral, elas serão sempre, segundo Prinz, *post hoc* ou superficiais (2007). Outros estudos também são apontados como indicativos do caráter de suficiência das emoções para formulação de julgamentos morais¹, o que, para Prinz, permite concluir que as emoções são suficientes para os juízos morais.

Para destacar o caráter necessário das emoções para o juízo moral, Prinz utiliza-se de estudos acerca do desenvolvimento moral de crianças. De particular relevância são os estudos de psicologia de Smetana (1981), Turiel (1983) e Nucci (2001). Estes estudos apontam que crianças tendem a diferenciar regras morais de regras convencionais, sendo as primeiras mais sérias e independentes da autoridade. Uma das possíveis justificativas para isso é que a educação moral das crianças recorre fortemente às emoções (PRINZ, 2007, p. 35).

Segundo Prinz, a psicologia aponta três possíveis formas de ensino do comportamento moral. Quando uma criança transgredir uma regra moral ela será punida pelos seus cuidadores por meio de: *Power Assertion*, *Love withdrawal* ou *Induction*. Cada um desses meios promove respectivamente medo, tristeza e simpatia pela vítima. (PRINZ, 2007, p. 35). Este seria um forte indício do caráter necessário das emoções para a forma padrão com que as pessoas moralizam.

Também estudos recentes sobre psicopatia, como se verá mais detalhadamente neste trabalho, parecem fornecer dados que favorecem a visão de Prinz. Os psicopatas, segundo estudos citados por ele, são pessoas deficientes em relação às emoções. Prinz postula, então, que, dada tal deficiência, eles são incapazes de realizar julgamentos morais genuínos. Psicopatas seriam, pois, provas da necessidade das emoções para os juízos morais.

Aceitas as premissas teóricas de Prinz, a plausibilidade das conclusões que ele retira dos estudos empíricos e a correção de sua tese emocionista, é possível dar uma resposta adequada a uma importante questão acerca da natureza dos juízos morais: seriam eles intrinsecamente motivadores? O problema da motivação é um dos problemas centrais da filosofia moral e Prinz acredita que seus estudos podem contribuir sobremaneira para o debate. Assumir o *Epistemic Emotionism* como verdadeiro implica a aceitação do internalismo motivacional e os dois principais argumentos utilizados na defesa do primeiro parecem corroborar claramente o segundo, como se pretende mostrar.

¹ Wheatley and Haidt (2005) – hipnose; Schnall (2005) – influência de ambientes sujos ou limpos; Lerner (1998) – Fogas e Bower (1987) – indução de emoções como raiva e tristeza influenciam julgamentos morais.

3 A motivação moral

Antes, pois, de partir para a análise da defesa de Jesse Prinz do internalismo, cabe caracterizar, em linhas gerais, a problemática da motivação moral. Trata-se de questionar: Julgamentos morais motivam necessariamente ou de forma contingente? Esta é uma problemática fundamental para a compreensão da natureza dos conceitos morais.

Uma formulação geral de internalismo dada por David Brink – citada de forma indireta por Prinz – é a seguinte: “Em termos gerais, internalismo é a visão de que há uma conexão interna ou conceitual entre considerações morais e a ação ou as fontes da ação” (BRINK, 1989, p. 38). A visão contrária, que não será aqui tratada em seus detalhes, é chamada de externalismo “O externalismo afirma que a força motivacional e a racionalidade das considerações morais dependem de fatores externos às considerações morais elas mesmas” (BRINK, 1989, p. 42).

Internalistas afirmam que aceitar a correção de X implica necessariamente estar motivado a realizá-lo. Deste modo, se alguém acredita sinceramente que doar dinheiro aos pobres é correto, deve estar motivado a fazê-lo, necessariamente. Já para os externalistas, é necessário algo externo ao próprio julgamento. Crer, que doar dinheiro aos pobres é correto não motiva, por si, a ação do possuidor de tal crença.

Existem diversas versões do internalismo e formas mais fortes e fracas de se compreender a afirmação geral de que “julgamentos morais são intrinsecamente motivadores”. Versões fracas admitem que é verdadeiro que considerações morais fornecem *alguma motivação* para a ação, já versões mais fortes defendem que tais considerações fornecem *motivos suficientes* para a ação. (BRINK, 1989, p. 42).

Prinz é um claro defensor do internalismo motivacional e fornece indícios de que esteja mais afeito à sua versão forte. Ao reafirmar o *Epistemic Emotionism* ele alega que uma consequência de tal fato é, necessariamente, o internalismo. Isto porque, em suas palavras, “emoções e motivação estão ligadas” (PRINZ, 2007, p. 17).

A teoria motivacional de Prinz depende da aceitação das premissas de seu *Epistemic Emotionism* que sustenta que: “conceitos morais estão essencialmente relacionados a emoções” (PRINZ, 2007, p. 16). O caráter necessário e suficiente das emoções para a

formulação dos juízos morais – do qual tratamos na primeira seção deste texto – permite a Prinz sustentar uma versão forte do internalismo motivacional.

O argumento de Prinz pode ser resumido no que se segue:

1. Julgamentos morais contêm conceitos morais.
2. Conceitos morais estão essencialmente relacionados a emoções.
3. Emoções têm força motivacional.
4. Logo, julgamentos morais motivam essencialmente.

A primeira premissa do argumento é, de certa forma, trivial. A segunda premissa é controversa e depende da plausibilidade dos argumentos de Prinz em sua defesa do *strong emotionism*. A terceira premissa é sustentada pelo autor a partir de estudos empíricos sobre o papel das emoções na motivação. Especificamente são citados dois estudos: O primeiro, realizado por Damasio e VanHoesen, trata do “mutismo acinético” que é a condição experimentada por pacientes com lesões no cérebro na área das emoções. Tais pacientes, embora não tenham qualquer deficiência motora e estejam plenamente conscientes, não têm qualquer inclinação à ação. O segundo, de McMillen e Austin, pretende mostrar a influência da culpa nas ações humanas. Nele, algumas pessoas são induzidas a colar em um exame e depois é pedido que todos ajudem na contagem de alguns questionários. Os que não foram induzidos a colar no teste ajudaram somente 2 minutos, enquanto os que colaram, ajudaram por 63 minutos. (apud PRINZ, 2007, p. 18).

Uma vez aceito que a relação entre conceitos e morais e emoções é constitutiva, os estudos empíricos apresentados por Prinz pretendem ser argumentos cabais para a defesa do internalismo. Não seria, pois, necessário nada mais do que posse do conceito de certo para que o seu possuidor fosse levado a se sentir motivado a agir. Prinz resume assim sua posição:

Julgamentos morais contêm conceitos morais, e *Epistemic Emotionists* afirmam que há uma conexão necessária entre conceitos e emoções. Suponha que a conexão necessária é tal que estar diante de conceitos morais sempre resulta em um estado emocional. Evidências empíricas demonstram que emoções tem força motivacional. Assim, se esta versão do *Epistemic Emotionism* está correta, então julgamentos não podem ocorrer sem motivação (PRINZ, 2007, p. 18).

Abraçando a tese do internalismo motivacional, Prinz tem que se haver com um problema comum a todos que defendem, em alguma medida, a plausibilidade do caráter intrinsecamente motivador dos juízos morais: a suposta existência do amoralista. O amoralista seria alguém que reconhece a plausibilidade de um julgamento moral, mas não se sente motivado a agir. Para um internalista, a existência do amoralista é conceitualmente impossível.

Parece, contudo, plausível, à primeira vista, que existam amoralistas na realidade e, principalmente, que eles sejam, ao menos, concebíveis. Os internalistas têm uma resposta padrão para esta questão, como lembra Brink:

A resposta padrão dos internalistas é que nós pensamos que o amoralista é concebível, mas isso somente porque nós confundimos o sentido moral dos termos com os sentidos dos mesmos termos entre aspas (ex: Hare 1952: 124-6, 163-5). Nós usamos os termos que têm um sentido moral (ex: bom, mal, certo e errado) em um sentido não moral, entre aspas, não para expressar nossa própria visão moral, mas para transmitir a visão moral dos outros com os quais não concordamos. O internalista baseia-se no uso entre aspas da linguagem moral e responde que as pessoas podem ser indiferentes por considerações que são apenas *convencionalmente vistas* como morais, mas insistem que um genuíno amoralista é inconcebível. (1989, p. 46).

Esta estratégia possui vários exemplos que a ilustram. Um dos mais conhecidos é o do antropólogo que aprende a usar as palavras morais de uma determinada tribo. Trata-se de um aprendizado não moral de um conceito moral. Ao usar tal vocábulo ele não estará moralizando. Ele estará utilizando o conceito entre aspas, não como os nativos o utilizam. Os argumentos de Prinz não fogem muito a uma variante deste tipo de exemplo, como se verá a seguir.

Cabe, pois, entrar agora propriamente nos dois argumentos mais robustos que Prinz utiliza para defender o *Epistemic Emotionism*. Isto porque, como já dito, da plausibilidade da tese do *Epistemic Emotionism* depende a defesa do internalismo motivacional cunhada pelo autor. Tais argumentos são, ao mesmo tempo, uma defesa do internalismo e do caráter essencial das emoções para a formulação dos conceitos morais.

4 Argumentos em prol do *Epistemic Emotionism*

O primeiro momento da defesa de Prinz ao *Epistemic Emotionism* se dá a partir da experiência de pensamento *Moral Mary*. Trata-se de uma versão do “argumento da questão

em aberto” de G. E. Moore. Nele, Mary é uma mulher adulta com todas as formações cognitivas e intelectuais, entretanto Mary não teve uma educação moral. Ela não possui, pois, as emoções morais normalmente associadas aos julgamentos morais. Em dado momento, Mary quer aprender sobre moralidade e lê diversos textos utilitaristas e kantianos sobre o tema.

Após ter aprendido tudo o que é possível sobre conceitos e julgamentos morais por meio destes livros, Mary é capaz de identificar em qualquer situação tanto se a ação realizada por um agente maximiza a utilidade, quanto se a universalização daquela ação levaria a uma contradição prática. Supondo que Mary descubra que fazer X maximiza a utilidade: Isso é suficiente para que Mary saiba que fazer X é moralmente certo?

Segundo Prinz, aparentemente ainda é uma questão em aberto se a ação X é correta. Ainda é possível perguntar se X é de fato moralmente bom. Da mesma forma, se Mary souber que fazer Y leva a uma contradição prática se universalizada, ainda permanece em aberto se Y é, realmente, moralmente incorreto. Em um conflito entre teorias utilitaristas e kantianas Mary não conseguiria decidir qual opção é moralmente superior. O que se segue disso, para Prinz, é que Mary não é capaz de utilizar os conceitos morais como outras pessoas. Parece que os conceitos de CERTO e ERRADO não podem ser suficientemente explicados apenas a partir das éticas utilitaristas ou kantianas:

Se Moral Mary não pode adquirir os conceitos ordinários de bom e mal ou certo e errado lendo sobre as propriedades descritas nas teorias éticas normativas, então não pode ser o caso que aquelas propriedades são constitutivas de nossos conceitos morais ordinários (PRINZ, 2007, p. 39).

Ainda de acordo com a posição de Prinz, intuitivamente, seria possível conceber que Mary está moralizando somente se houvesse uma associação das transgressões morais com respostas emocionais. A partir disso, seria possível supor uma ligação entre conceitos morais e emoções de uma forma necessária, o que impossibilitaria a existência dos supostos amoralistas. Neste caso, Mary poderia apontar algumas ações como possivelmente morais com base em seus estudos sobre o tema, mas não faria nenhum julgamento moral genuíno ou mesmo compreenderia da mesma forma que uma pessoa normal os conceitos morais envolvidos. Mary não se sentiria motivada a agir pelos julgamentos morais, somente porque ela é incapaz de fazê-los.

Moral Mary é um experimento mental, mas existem pessoas que poderiam ser os equivalentes reais de Mary, segundo Prinz. Seria o caso dos psicopatas. Eles, aparentemente, compreendem o significado dos termos morais – uma vez que são inteligentes e articulados – mas não utilizam os conceitos morais da mesma forma que pessoas normais.

Psicopatas *parecem* compreender a moralidade, mas eles não a compreendem realmente. Eles usam os termos morais de uma forma que se afasta notavelmente da forma como não psicopatas usam aqueles termos. Estes afastamentos sugerem que eles não possuem conceitos morais, ou ao menos, que seus conceitos morais são fundamentalmente diferentes dos nossos (PRINZ, 2007, p. 43).

O psicopata usaria os termos morais entre aspas, ou seja, não estaria falando da mesma coisa que as pessoas normais. Seria como no caso do antropólogo que reconhece o vocabulário moral de uma tribo sem dele partilhar. O psicopata estaria, pois, fazendo um uso não moral de um termo moral. Esta é uma explicação controversa que parece de antemão já pressupor que é necessário o caráter motivacional para a correta compreensão da moralidade.

Na tentativa de sustentar empiricamente tal ideia, Prinz utiliza-se, de um estudo de Blair (1995) para mostrar como psicopatas tem dificuldade em diferenciar regras morais de regras convencionais (de etiqueta, por exemplo), diferente de pessoas que utilizam códigos morais na forma padrão. Outros estudos de Blair reputam aos psicopatas uma anormalidade no mecanismo de inibição da violência (MIV). Este mecanismo seria o responsável pela percepção da angústia, ou aflição alheia. Uma vez que psicopatas teriam o MIV funcionando mal eles teriam dificuldade em reconhecer o sofrimento alheio e, como consequência, não experimentariam emoções que fariam com que houvesse a inibição da violência.

Tais estudos, contudo, não ofereceriam um panorama completo do diagnóstico mental dos psicopatas. Psicopatas apresentam, segundo vários outros estudos, distúrbios não apenas em emoções morais, mas também na percepção de emoções não morais. Eles apresentam dificuldade em reconhecer expressões de medo e tristeza, por exemplo. Não seria o caso de apenas um déficit na inibição da violência, como afirmou Blair, mas uma desordem mais geral no padrão emocional dos psicopatas. (PRINZ, 2007, pp. 45-46). Isto seria uma forte evidência a favor do internalismo uma vez que, ao apresentarem um déficit emocional, psicopatas também apresentam um déficit da competência moral. (PRINZ, 2007, p. 44). A ausência de emoções parece implicar a dificuldade em moralizar corretamente:

A cegueira moral dos psicopatas provém de uma cegueira emocional. Se isso é certo, a psicopatia fornece evidências positivas para internalismo. O *Epistemic Emotionism*, como já disse, implica o internalismo. Se os juízos morais são intrinsecamente motivadores, isto se deve ao fato de que os conceitos morais padrão são essencialmente carregados de emoção. Isso é precisamente o que a pesquisa sobre psicopatia parece confirmar (2007, p. 46).

Os psicopatas não são, pois, segundo esta visão, amoralistas. Eles, na verdade, não compreendem corretamente os conceitos morais uma vez que possuem um déficit que não lhes permite acessar um componente essencial do conceito moral: as emoções. Eles não realizam, na verdade, um julgamento moral genuíno.

5 Análise dos argumentos em prol do *Epistemic Emotionism*

Como se pode perceber, a defesa do internalismo motivacional apresentada por Jesse Prinz depende a plausibilidade do *Epistemic Emotionism*. Como já visto, trata-se de uma tese de caráter forte: emoções têm papel essencial nos conceitos morais. Este papel essencial adquire, ao longo da exposição da teoria, um caráter de necessidade e suficiência. Isto seria confirmado por meio dos estudos empíricos apresentados pelo autor.

Uma crítica que logo é apresentada contra a tese de Prinz é que ele subestima ou, mesmo, deixa totalmente de lado o papel da racionalidade para a moralidade. Uma vez que as emoções teriam caráter suficiente para a elaboração de conceitos morais, o caráter racional de tais conceitos é apenas contingente. O principal estudo apresentado por Prinz neste sentido é o estudo sobre o incesto consentido, em que os pesquisados – como já visto – moralizariam mesmo sem conseguir encontrar uma razão para tal.

A conclusão apresentada por Prinz é controversa. Isto porque, da falta da formulação de uma resposta racional dos entrevistados em determinado momento – ele conclui que estes moralizam “sem razão alguma”. Uma crítica nesta linha é formulada por ALVES (2013). Ele afirma que é perfeitamente possível esperar que os entrevistados, embora não consigam, naquele momento, estruturar uma resposta plausível para o problema, estejam confiantes de que uma resposta racional existe. Eles não moralizam apenas com as emoções, mas esperando que haja uma resposta racional.

Dado o método pelo qual tais pessoas chegam a suas decisões, não é nenhuma surpresa que eles não se valem de razões que justifiquem as suas decisões, mesmo depois de um exame cuidadoso. Mas seria surpreendente se eles não assumissem que deve haver uma razão em algum lugar. (ALVES, 2013, p. 119).

A grande dificuldade em se aceitar a tese forte de Prinz é que, a partir dela, é possível descartar totalmente o papel da racionalidade na formulação dos conceitos morais e não parece plausível que as pessoas, ao moralizarem, estejam dispostas a abrir mão de tal componente. Alves, no mesmo artigo, lembra que não parece ser um juízo moral genuíno aquele que é feito apenas a partir da manipulação das emoções, como no caso de hipnose ou expondo os julgadores a ambientes que afetem sua sensibilidade. Se as emoções fossem suficientes, estes seriam tidos como válidos. (ALVES, 2013, p. 116).

Em relação ao caráter necessário das emoções para a formulação dos conceitos morais, Prinz se vale, empiricamente, dos estudos com psicopatas. Trata-se, como se viu, de mostrar que pessoas com psicopatia têm um déficit emocional e por isso não moralizariam como pessoas normais. Eles possuiriam uma “cegueira emocional”. Esta conclusão já é por si controversa uma vez que parece não haver um consenso na ciência a respeito da real forma de pensar dos psicopatas.

Assumindo, contudo, os pressupostos de Prinz como verdadeiros, (há naquelas pessoas uma cegueira emocional), parece não ser possível concluir apenas com esses dados que seja esta a causa do déficit moral dos mesmos. Os psicopatas possuem também déficits racionais, como: “Fracca capacidade de se afastar e avaliar os seus desejos, de estimar as consequências de suas ações, de evitar recompensas imediatas em favor dos objetivos de longo prazo” (KENNETT, apud ALVES, 2013, p. 118). Como lembra ALVES:

É provável que o déficit emocional dos psicopatas *cause* seu déficit de justificação. Mas não é claro para mim que o déficit deva ser utilizado para explicar o fracasso na posse do conceito [moral] (ou se ambos os déficits são igualmente relevantes) [2013, p. 118].

Tais questionamentos fazem supor que apenas com os estudos empíricos apresentados por Prinz não se pode sustentar adequadamente uma tese forte como a do *Epistemic Emotionism*. Eles parecem indicar, talvez, uma tese mais fraca: a de que emoções têm papel importante na formulação dos conceitos morais. O caráter necessário e suficiente das emoções para a formulação de conceitos morais, que subestima o componente racional, parece um passo não autorizado pelas experiências até aqui apresentadas.

Há por último, a experiência de pensamento Moral Mary. Este parece o argumento mais forte utilizado pelo autor em sua defesa do *Epistemic Emotionism*. Isto porque Prinz pretende mostrar que a inclusão das emoções na moralidade fecha a questão deixada em aberto ao se adotar uma teoria moral como a kantiana e utilitarista. Prinz afirma que só ao desenvolver emoções morais (culpa, remorso) Mary passa a moralizar. Se ela sente culpa por roubar claramente ela acha roubar errado. Ela pode até se perguntar se roubar é realmente errado, mas ela estaria perguntando: é o caso de sentir o que eu sinto? Ou seja, ela estaria se perguntando se a referência do conceito de errado está correta, não está questionando o sentido do conceito (PRINZ, 2007, p. 41). “O fato de que nós podemos dizer que Mary está moralizando simplesmente em virtude de suas atitudes emocionais sugere que há uma ligação conceitual entre conceitos morais e emoções” (PRINZ, 2007, p. 41).

Contudo, considere o que se segue:

Situação A:

1. X maximiza a utilidade.
2. X é moralmente bom?

Situação B:

3. X pode ser universalizado.
4. X é moralmente bom?

A definição de moralmente bom, pelos critérios de Prinz, não parece ser esgotada em nenhuma das duas situações. Entretanto, cabe analisar a proposta de Prinz de forma semelhante:

Situação C:

5. X desperta emoções morais de aprovação em Mary.
6. X é moralmente bom?

De acordo com Prinz, se Mary sente culpa ao roubar e se sente ultrajada ao presenciar um assalto não cabe perguntar se ela considera assalto errado. É claro que ela considera. Por isso a questão estaria fechada neste caso. Ela poderia perguntar se é realmente bom, mas Prinz, ao fazer a distinção entre o sentido do conceito e a referência do mesmo, afirma que ela apenas questionaria se é o caso de determinada ação se encaixar no conceito. O sentido foi dado pelos sentimentos de desaprovação, a referência é que pode estar equivocada. “Mary sabe que ela

considera o roubo como errado, mas ela pode se perguntar se roubar realmente se adéqua a seu conceito de errado” (PRINZ, 2007, p. 41).

Contudo, um utilitarista ou kantiano não poderia argumentar da mesma forma? Considere-se o seguinte caso: Mary, antes de se posicionar diante de determinados cenários considera sempre a possível universalização de sua ação e só age se a resposta for positiva. Neste caso também não seria possível perguntar se ela considera a universalização correta, pois é claro que ela a considera. Sobre a questão de a universalização ser realmente boa, a resposta se daria, do mesmo modo, a partir da distinção entre sentido e referência do termo.

O que Prinz parece fazer é considerar de antemão que o critério para a compreensão genuína da moralidade é a presença de emoções e só admite que Mary moraliza quando apresenta tais estados emocionais. Uma teoria racionalista da moral não precisaria disso para afirmar que alguém moraliza. Se a solução encontrada por ele para fechar a questão em relação às emoções funcionar (e há sérias dúvidas em relação a isso) ela parece funcionar também para outras teorias éticas.

6 Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar a argumentação de Prinz acerca do *Emotionism Epistemic* de cuja plausibilidade depende a estratégia do autor para a defesa do internalismo motivacional. Como apresentado, o argumento de Prinz, se resume no que se segue:

1. Julgamentos morais contêm conceitos morais.
2. Conceitos morais estão essencialmente relacionados às emoções (*Epistemic Emotionism*)
3. Emoções têm força motivacional.
4. Logo, julgamentos morais motivam essencialmente.

O que se procurou mostrar foi que a segunda premissa – que trata do *Epistemic Emotionism* – é o ponto controverso do argumento. Devido às críticas apresentadas, os estudos de Prinz parecem não ser conclusivos no que se refere ao caráter essencial das emoções (aqui entendido como necessário e suficiente) para a formulação dos conceitos morais. Colocada em suspenso a correção da segunda premissa do argumento, ele acaba por não se ser eficaz na defesa do internalismo moral.

Isto não significa, contudo, que não se possa defendê-lo por outra via. O argumento dos psicopatas, por exemplo, embora talvez não forneça evidência conclusiva ao *Epistemic Emotionism* pode servir aos propósitos do internalista uma vez que ele não pode ser considerado um amoralista, já que apresenta um déficit em relação à justificação moral, seja qual for a causa de tal déficit.

Os estudos apresentados por Prinz, analisados em conjunto, parecem fornecer algumas explicações para a evidência de que emoções estão intimamente ligadas a conceitos morais. Trata-se de um texto extremamente cuidadoso na tentativa de mostrar a relação das emoções com a moralidade. Qual a natureza dessa relação parece ser o ponto controverso de sua teoria. Prinz advoga uma tese forte de essencialidade que talvez necessite de mais argumentos para ser sustentada.

Referências:

ALVES, Marco Aurélio Sousa. Are Emotions Necessary and Sufficient for Making Moral Judgments? In: *ethic@*. Florianópolis. v.12, n.1, pp. 113 - 126. jun 2013.

BRINK, David O. *Moral Realism and Foundations of Ethics*. New York: Cambridge University Press, 1989.

COPP, D. *The Oxford Handbook of Ethical Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

JOYCE, Richard. Book Review: The Emotional Construction of Morals, by Jesse J. Prinz. *Mind*, 118: 508-518, 2009.

NICHOLS, Shaun. *Sentimental rules: On the natural foundations of moral judgment*. New York: Oxford University Press, 2004.

PRINZ, Jesse. *The Emotion Construction of Morals*. New York: Oxford University Press Inc., 2007.

_____. Are Emotions Feelings? In: *Journal of Consciousness Studies*. n. 8-10, pp. 9-25. 2005.

_____. The Emotional Basis of Moral Judgments. In: *Philosophical Explorations*. v. 9, n. 1, mar. 2006.

_____. *Gut Reactions: A Perceptual Theory of Emotion*. New York: Oxford University Press, 2004.

RAMIREZ, Erick. Critical Review: The Emotional Construction of Morals. In: *Philosophical Psychology*. University of California, San Diego, USA. v. 6, n. 3, 2003. pp. 461-475.

Analysis of Jesse Prinz defense to moral internalism

Abstract: In his book *The Emotional Construction of Morals*, Jesse Prinz defends what he calls strong emotionism: the thesis that both the properties as moral concepts are essentially related to the emotions. By also take the view, commonly accepted that emotions are responsible for motivation for moral action, the author is committed to a form of motivational internalism. The aim in this paper is to critically analyze the arguments presented by the author and discuss possible strengths and weaknesses of their arguments in defense of motivational internalism.

Keywords: Moral internalism; Strong emotionism; Sentimentalism.

Data do registro: 31 de agosto de 2015

Data do aceite: 18 de novembro de 2015